

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO CANCELADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020. (Em milhares de reais)		
	R\$ mil	
Receita líquida de vendas	201.291	164.991
Custos dos produtos vendidos	(128.673)	(118.666)
Aluguel sobre instalações	-	-
Lucro (Prejuízo) Líquido	44.602	28.952
Despesas (despesa) operacionais		
Despesa administrativa	(77.803)	(67.443)
Despesa financeira	(3.119)	(2.987)
Outras receitas operacionais	8.336	2.789
Outras despesas operacionais	(7.531)	(6.443)
Lucro (prejuízo) operacional	21.475	13.769
Despesa financeira	(14.265)	(14.265)
Despesa financeira	(22.915)	(18.791)
Resultado líquido líquido	(13.510)	(67.652)
Lucro (prejuízo) líquido na prestação de serviços	(13.510)	(67.652)
Provisão para pagamento de resgate dedutível	11.126	11.126
Provisão para contingência sobre o balanço	11.126	11.126
Lucro (prejuízo) líquido de exercício	21.297	(57.883)
Lucro (prejuízo) líquido de exercício (em milhares)	21.297	(57.883)
Lucro (prejuízo) por ação	(0,39)	(0,39)

	(R\$ mil)	
	2021	2020
Lucros (Prejuízo) líquido do exercício	23.297	27.871
Resultados abrangentes	(35.242)	(122.809)
(A) Atualização de variações cambiais sobre contrato	(16.313)	(16.313)
(B) Datas de emissão de juros zero de ativo financeiro	(7.354)	(7.354)
(C) Ajuste no resultado decorrente de aditivos tributários preferidos em processo de parcelamento	(24.109)	(24.109)
(D) Ajuste decorrente de flutuações cambiais não recuperáveis	(1.147)	(1.147)
(E) Ajuste de Esgotamento Patrimonial FOTC	(1.635)	(1.635)
(F) Ajuste sobre o saldo de parcelamento FOTC	(22.287)	(22.287)
(G) Ajuste sobre o saldo de emissão de dívida	(132)	(132)
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício	(47.587)	(85.591)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras).

	(R\$ mil)	
	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Fluxo das Atividades Operacionais		
Receita Líquida no Período para Exercício	26.297	27.873
Depreciação e Amortização	(1.287)	(1.570)
Provisão para Impostos e Contribuições	(1.131)	(1.824)
Provisão para Despesa de Variação Cambial	402	423
Movimentos no Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.122)	(10.238)
Atividade a Valor Justo no Ativo Biológico		
Acrescentamento de Preços p/ Contrapartida	(3.741)	1.104
Reversão de Avaliação a Valor Justo	(1.528)	1.120
Reversão de Esgotamento Patrimonial	197	-
Reversão de Valor Justo Indefinido	20	-
Receita Líquida Operária	10.868	19.637
Cassamento Redução em Contas a Receber	(20.655)	7.739
Cassamento Redução em Contas a Receber	(1.875)	540
Cassamento Redução em Contas a Receber	(427)	(759)
Cassamento Redução em Contas a Receber	(1.852)	-

[illegible]

para o processo com base nas avaliações e nos resultados produzidos no julgamento, a fim de possibilitar a identificação das causas e a consequente prevenção de novos fatos. A prevenção reconhecida pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) é considerada uma das principais vantagens das decisões administrativas. Nesse exercício e o do ano seguinte, foram analisados os seguintes dados:

DESCRIÇÃO	2017	2018
SALDO	VALOR CANCELADO	VALOR CANCELADO
SALDO no início do exercício	528	1.078
SALDO no fim do exercício	1.062	1.062
SALDO em falta do exercício	2.267	956

Os processos com avaliação de risco de perda poderão totalizar o montante de R\$ 1,87 mil, o que está esse representado na sua maioria por processos de tributação de bens, sendo que os dados apresentados no quadro seguinte atribuem o valor de R\$ 1,06 mil ao exercício de 2017 e o mesmo valor à avaliação incremental adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de 12 meses.

NOTA 18. TRIBUTOS DEFERIDOS

Os saldos das provisões do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro diferido são contabilizados com base nos saldos do Balanço de Avaliação-Reconciliação. A Realização de ativos mobilizados está demonstrada, como segue:

OPERAÇÕES	2017	2018
SALDO no início do Exercício	21.833	21.833
SALDO no fim do Exercício	21.833	21.833
Crédito em exercícios anteriores	4.405	4.405
Cálculo da contribuição social	1.807	1.807
Total	2.545	2.545

NOTA 19. DEBITOS FISCIS

Por intermédio das Atas de Assembleias Gerais Extraordinárias foram autorizadas as emissões de Debêntures nos exercícios de 2017 e 2018. As debêntures foram integralizadas nas datas de vencimento pelo valor nominal pelo REGIME DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS E DEBÊNTURES CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, em favor da Companhia AGRO INDUSTRIAL TARI S.A. As debêntures tinham o vencimento final previsto para 2027 e estavam sujeitas a uma cláusula de antecipação de vencimento, a qual poderia ser exercida em favor da credora pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-la. Nas datas de vencimento, o valor nominal nominal atualizado conforma tempo comercial.

se deliberado que o índice de controle das definições seria substatuado pela taxa SELIC, com o objetivo de evitar a ocorrência de arbitrariedades, em especial, no tocante à definição de aditivos para os casos demonstrados na tabela abaixo:

Série	Data	Valor de entrada dedutível	VENCIMENTO	PASSIVIDADE CORRELANTE
1ª	28/12/2017	1.000,00	13/03/2017	15.818,00
2ª	06/04/2018	1.000,00	21/03/2018	1.500,00
3ª	20/04/2018	1.000,00	21/03/2018	1.500,00
4ª	29/05/2018	1.000,00	18/05/2018	3.500,00
	TOTAL			32.318,00

20.12.20. CAPITAL SOCIAL

Por intermédio da Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada em 02 de dezembro de 2021, foi deliberado a aprovação do aumento de capital social da companhia de R\$ 15.914.176,18 (quinze milhões, novecentos e quarenta e sete mil, cento e setenta e oito reais), em virtude da criação de uma nova classe de ações ordinárias, denominada de “ações de reserva”, para ser emitida em favor dos sócios, passivos e capital social a ser composto por R\$ 15.914.176,18 (15.914.176,18) em 2020 (ações nominativas e sem valor nominal). O capital social pertencente a cada ação é determinado no momento de sua subscrição.

Composição Atividade	Participação	% Capital
Galactea do Brasil S/A	32,58	69,80
Galactea Bioenergy	67,42	14,81
TOTAL	100,00	100,00

20.12.21. RESERVA DE REALIZAÇÃO DE BENS E AUTUPE

Em 02 de dezembro de 2021, foi deliberado a criação de uma reserva denominada de “Reserva de Realização de Bens e Autupe”, com o objetivo de garantir a liquidez necessária para a realização das operações de capitalização de bens e autupe. A reserva será formada pela diferença entre o valor de mercado dos bens e autupe e o valor de custo dos bens e autupe. A reserva será formada pela diferença entre o valor de mercado dos bens e autupe e o valor de custo dos bens e autupe. A reserva será formada pela diferença entre o valor de mercado dos bens e autupe e o valor de custo dos bens e autupe.

No exercício de 2005 foram contabilizadas Reservas de Realização de bens e autupe imobilizado, porque, conforme laudos técnicos aprovados em AGE, para os grupos de bens de máquina e equipamentos, a vida útil estimada é superior a 12 meses, portanto, não são considerados de baixa rotatividade. No adopo os normas de convergência contábil a empresa decidiu manter os registros contábeis das Realizações como sendo os valores iniciais de custo atribuído.

Em 2021, a empresa realizou a reavaliação dos bens e autupe em comparação ao valor imobilizado, estações de Reservas de Realização líquidos das provisões para impostos e despesas de manutenção, resultando em uma redução de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) em relação ao valor imobilizado.

[illegible]

NOTA 15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		
DESCRIÇÃO	2021	2020
REFFS	0	0
Previdência para produtos	(7.432)	0
Reserva com apólicarista pontualidade	(191)	0
TOTAL	0	(643)
NOTA 16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		
O resultado financeiro líquido em 31-dez-2021 e 31-dez-2020, está composto substancialmente pelos seguintes valores decorrentes das seguintes operações:		
DESPESAS FINANCEIRAS	2021	2020
Juros	2.287	8.804
Variação cambial sobre	6.224	5.122
Ganho com venda de CDO	479	428
Outros ganhos	3	47
TOTAL	9.093	14.302
DESPESAS FINANCEIRAS	2021	2020
Depósitos e cambiais bancários	(11.933)	(11.476)
Juros	(14.677)	(23.840)
Variação cambial sobre	(6.720)	(47.483)
Outros ganhos	(593)	(1.150)
TOTAL	(22.933)	(77.895)
NOTA 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.		

os valores patrimoniais quanto ao instrumento financeiro específico, a não ser que os valores constantes no balanço patrimonial, ou, em forma formal determinada de acordo com os critérios contábeis, sejam diferentes dos valores reais. Os valores reais são os valores de mercado e os preços cotados divulgados em fontes oficiais.

g) Risco de liquidez – refere-se aos riscos de não se conseguir desbancar:

- a) Risco de crédito**
Pode ocorrer a possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de terceiros em relação às instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia acompanha constantemente a situação de liquidez/inadimplência dos seus clientes e fornecedores, bem como a situação de liquidez das instituições financeiras administrativas e legais, tanto através das ações praticadas pela Companhia quanto através de terceiros.
- b) Risco de taxa de juros**
A Companhia possui ativos e passivos financeiros tão equivalentes aos valores contabilizados e as análises de sensibilidade para exposição aos juros contratuais em todo o efeito material sobre as demonstrações contábeis.
- c) Risco de taxa de câmbio**
Pode ocorrer a possibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moeda estrangeira, tanto para a aquisição de bens e serviços necessários para a produção e distribuição dos produtos no mercado interno e os contratos de instrumentos financeiros em moeda estrangeira. A Companhia historicamente realiza operações em moeda estrangeira, estando, portanto, sujeita a variações de taxa de câmbio.
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**
Pode ocorrer a possibilidade de alteração da estrutura de capital (relação de dívida e lucro) e o consequente aumento da necessidade de recursos financeiros. Nesse exercício a Companhia se utiliza de recursos de terceiros para financiamento de suas operações.
- e) Risco de liquidez**
A Companhia não realiza operações com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

II.3.2. COBERTURA DE SEGUROS
As apólices de seguros mantidas pela sociedade primária seguem os seguintes cobradores:

MÓDULO DE SEGURO
Risco operacional (incêndios, roubo e explosão de qualquer natureza).

RESCISÃO	VALOR
----------	-------

[illegible]

de 31 DE DEZEMBRO DE 2021

os distantes de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção nos requerimentos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

os Alunos de Exercícios Anteriores

Os alunos de 24 da Companhia reconhecem diretamente na conta de Prejuízos Acumulados o montante resultante de ajustes de exercícios anteriores. Os créditos nas demonstrações contábeis comparativas correspondentes a exercícios anteriores são uniformizados com o Resultado nº 1.179.019 da Companhia Federal de 2020 (CFR20) - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erros.

na política anterior

Em virtude dos exercícios finais em 31 de setembro de 2020, foram por nós examinados, com emissão de parecer, os resultados financeiros consolidados da Companhia e da Companhia Federal de 2020, analisando-se neste exercício, e em contraste as mesmas folhas mencionadas nos parágrafos de 1 a 4 das conclusões sobre os saldos da Conta a Receber de Clientes, Adiantamentos a Fornecedores e a conta a pagar, que foram regularizadas nesse exercício.

nas demonstrações contábeis

Em virtude da aquisição planejada das demonstrações contábeis de acordo com a prática contábil brasileira, que é a mais adequada para permitir a elaboração de demonstrações contábeis comparativas, a Companhia não emite demonstrações contábeis comparativas para o período de 31 de dezembro de 2020, e adota o período de 31 de março de 2021.

Adicionalmente, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia cumprir com suas obrigações de longo prazo, incluindo a continuidade operacional e o uso dessas bases contábeis na prática, a saber que a administração pretende liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não o faz.

A Companhia não possui com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração de demonstrações contábeis.

colví de que as demonstrações contábeis, normais brasileiras, incluem este livro de distorção relevante, ou não, e em tal livro a auditoria controla essas informações. Segundo a legislação brasileira, a auditoria realizada por uma auditoria independente de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre deve existir e as distorções podem ser classificadas em distorções relevantes e não relevantes e distorções não relevantes e não consideradas relevantes. Portanto, a auditoria independente não pode ser realizada sem o livro de distorções relevantes.

As distorções relevantes brasileiras e internacionais de auditoria, exceto no julgamento profissional e no livro de distorção, são as distorções contábeis, independentemente de serem causadas por fraude ou erro, que possam ter relevância razoável a eventos ou condições que possam levar a uma decisão equivocada sobre a operação da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção.

Nossos concluídos são fundamentados nas evidências das auditorias obtidas até o dia de nosso relatório e não incluem futuras perdas a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

A auditoria e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis e as divulgações não estão em conformidade com o objetivo de apresentação apropriada.

Em atendimento a respeito, entre outros aspectos, de alcance planejado, da época da auditoria e de eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 26 de abril de 2022.